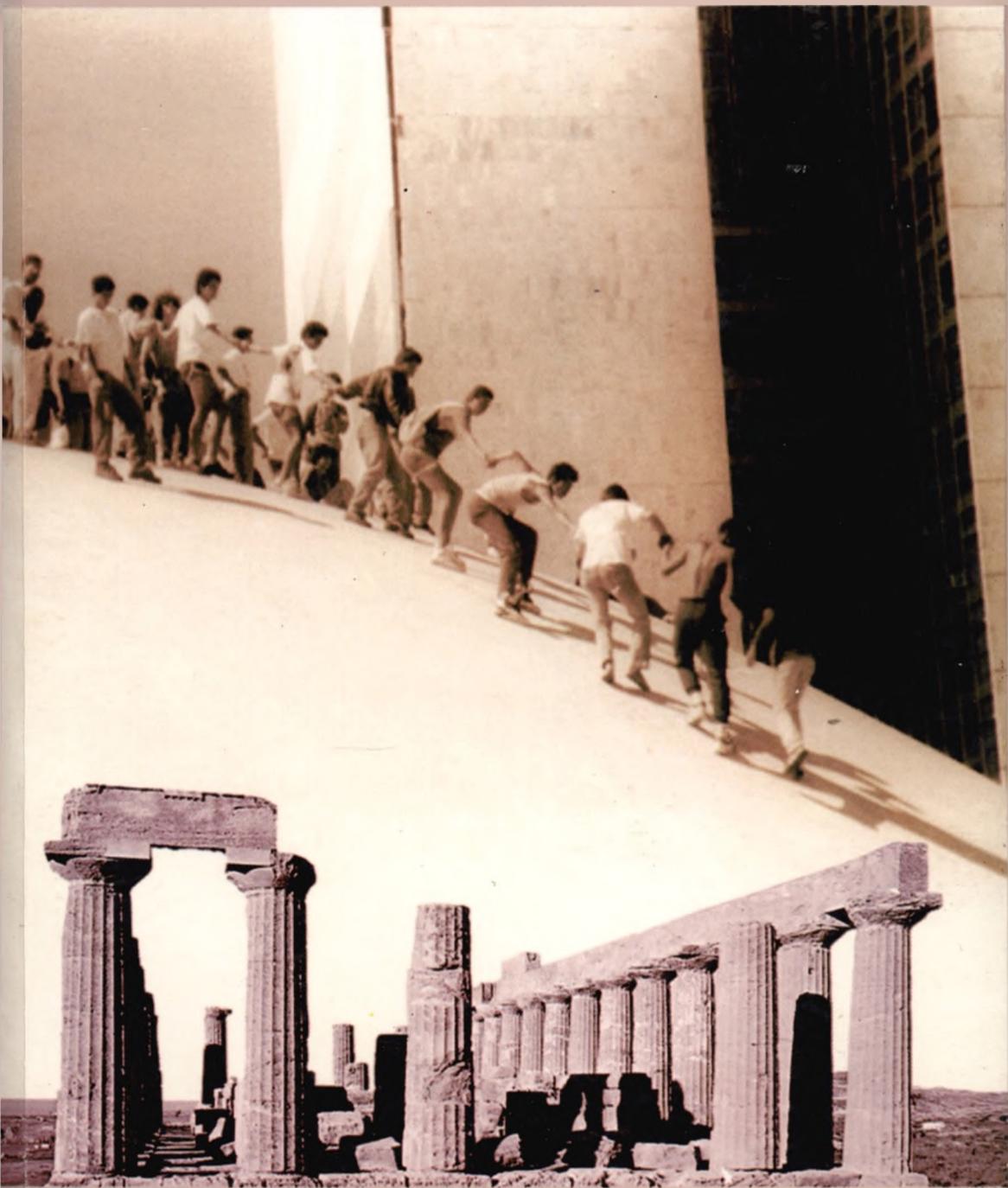


# *democracia* a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

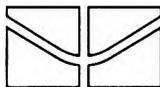
As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

---

**DEMOCRACIA  
A GRANDE REVOLUÇÃO**



## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Reitor*

João Claudio Todorov

*Vice-Reitor*

Erico Paulo Siegmar Weidle

## EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Diretor*

Alexandre Lima

### CONSELHO EDITORIAL

*Presidente*

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

# DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA  
  
UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:  
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar  
70.300-500 - Brasília - DF  
FAX: (061) 225-5611

*Copyright* © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

*Impresso no Brasil*

EDITORES

**TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES**

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

**TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES**

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

**SONJA SAMPAIO**

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

**LUÍZA MARIA ROCHA NERY**

CAPA

**FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA**

SUPERVISÃO GRÁFICA

**ELMANO RODRIGUES PINHEIRO**

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383      Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.  
II. Título.

CDU 32  
321.7

# SUMÁRIO

## **Apresentação**

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

## **Introdução**

*Democracia: a grande revolução, 11*

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

## **I - A construção da democracia**

*A revitalização da arte da política, 15*

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

## **II - Democracia: das origens à modernidade**

*Celebrando 2.500 anos de democracia, 31*

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

*A evolução da democracia representativa, 37*

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

## **III - Democracia no século XXI**

*O desafio da equidade, 43*

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

*Debatedores*

*Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61*

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

*Democracia com equidade: um direito?, 67*

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

#### **IV - Democracia na Ibero-América**

*O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73*

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

*O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83*

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

*Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95*

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

*Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109*

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

*Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121*

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

*Formação da democracia na Colômbia, 133*

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

#### **V - Democracia no Pós-Comunismo**

*A política no pós-comunismo, 145*

Jeliu Jeleu – Presidente da República da Bulgária

*A evolução política e constitucional da Polônia, 149*

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

*Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159*

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

*Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165*

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

*Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173*

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

## APRESENTAÇÃO

Hermes Zaneti  
Coordenador do Projeto Constituição

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori<sup>1</sup> faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori<sup>2</sup> que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski<sup>3</sup>:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

---

<sup>1</sup> Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

<sup>2</sup> *Idem*, *ibidem*: 24.

<sup>3</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.<sup>4</sup> Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos<sup>5</sup>.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington<sup>6</sup>, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

---

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*: 58.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*: 12.

<sup>6</sup> Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,<sup>7</sup> “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

---

<sup>7</sup> Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

## O FORTALECIMENTO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO DA VENEZUELA

*Alfredo Toro Hardy*  
*Embaixador da República da Venezuela no Brasil*

Para compreender o processo democrático da Venezuela é necessário que se faça uma retrospectiva da história do País. Durante a maior parte do seu período colonial, a elite venezuelana foi deixada à sua própria sorte com baixo nível de interferência ou controle por parte da metrópole espanhola. Isto se deveu ao fato de ter sido a Venezuela uma província agrícola numa época mercantilista em que os metais preciosos tinham um valor fundamental. A relativa pobreza da Venezuela não despertava o interesse das autoridades espanholas e, portanto, havia um alto grau de autonomia por parte das elites locais. Durante séculos se estabeleceu a tradição de que as elites locais podiam remover as autoridades espanholas com as quais não tinham um bom entendimento. De alguma forma, as elites venezuelanas, como as americanas, desfrutavam de um importante nível no alto governo, proporcionando-lhes um amadurecimento político pouco comum na América Latina.

A proximidade com as Antilhas inglesas e irlandesas possibilitou que as elites locais tivessem acesso às idéias políticas e filosóficas da época, aprimorando a sua formação política. Dessa forma, foi inevitável que a Venezuela se convertesse em foco central para o processo de independência na América Latina. Durante o longo processo de independência, os próceres e o Exército venezuelano impuseram sua liderança sobre boa parte da América Hispânica. A Venezuela influenciou, em medida fundamental, a independência do Equador, da Colômbia, do Peru, e do atual território do Panamá, assim como a criação da Bolívia.

A independência da Venezuela foi resultado de um processo dramático. As elites do País quiseram fazer uma revolução ao estilo norte-americano, e provocaram não só uma guerra civil, mas também uma guerra de classes. Durante dez anos o País sofreu uma luta sangrenta, que cortou a vinculação com o seu passado e desarticulou por completo suas estruturas e suas instituições. Da independência surgiu o fenômeno do caudilhismo como realidade política dominante, que equivale aqui no Brasil ao coronelismo.

A história venezuelana no século XIX foi uma sucessão de caudilhos dominando o País com base nas suas alianças com setores do poder estabelecido. Alguns dentre eles foram figuras ilustradas e mantiveram-se acobertados, permitindo o desenvolvimento de um processo democrático que eles garantiam.

O caudilho que dominava a capital Caracas era o “primo inter pares”, ou seja, o primeiro entre seus iguais. Cada região tinha seus próprios caudilhos locais e o poder central era exercido através de uma aliança entre quem exercia o poder na capital e estes últimos. Quando algum caudilho rebelava-se, determinava mudanças na correlação de poder existente.

No final do século XIX, a morte de um desses caudilhos deixou na Presidência da República um indivíduo que não tinha sustentação política real. Tal fato facilitou a tentativa de tomada do poder central por parte de um dos caudilhos locais. Um líder de um dos estados andinos, o Estado Táchira, invadiu Caracas e apoderou-se da Presidência da República. Iniciou-se, assim, o denominado “período dos andinos”, que representa uma etapa de várias décadas em que o poder central foi controlado por políticos provenientes do Estado andino de Táchira.

A figura mais relevante neste período foi o General Juan Vicente Gómez que governou o País entre 1908 e 1935. Durante esse período, Gómez alternou períodos de exercício direto da Presidência, com outros onde colocou na primeira magistratura destacados intelectuais e políticos simpatizantes do regime. Juan Vicente Gómez foi uma figura tirânica na medida em que reprimiu cruelmente toda oposição ao seu mandato. Entretanto, a ele se deve os primeiros avanços para a modernidade em vários aspectos: unificou o País, acabando com o caudilhismo local; criou o primeiro Exército profissional da Venezuela, que consolidou o poder central; criou uma infraestrutura rodoviária que integrou todo o País e saneou as finanças públicas. Ou seja, Gómez assentou as bases para a criação de um Estado moderno e para o surgimento, após sua morte, de uma autêntica democracia.

Ele teve a sorte de, durante o seu governo, ter se iniciado o ciclo petrolífero na história venezuelana. Até então a Venezuela era um país essencialmente agrícola e rural. Com o petróleo, iniciou-se o processo de urbanização e o crescimento acelerado das principais cidades. Ao mesmo tempo, o ciclo petrolífero fortaleceu o Estado e suas instituições, ao dar sustentação às suas bases econômicas.

Com a morte de Gómez, em 1935, seu ministro da defesa, Eliazar López Contreras, herdou o poder. Como era a tradição na época, ele poderia ter permanecido no poder por muitos anos. Porém, López Contreras compreendeu as exigências de uma Nação que passava por um processo de mudanças profundas e limitou seu mandato em cinco anos, abrindo os cárceres e possibilitando que a Venezuela iniciasse um processo democrático.

No término do mandato de López Contreras, foi eleito presidente um dos antigos generais de Gómez, Isaias Medina, que intensificou ainda mais

o processo de reformas. Caso o País tivesse continuado com esse processo de democratização, com abertura progressiva dos canais políticos, dirigida por presidentes bem-intencionados e ilustrados, é bem possível que a história recente venezuelana fosse menos traumática e mais evolutiva.

Em 1928 surgiu uma nova geração de estudantes universitários que se rebelaram contra Gómez e exigiram mudanças políticas. Na época, Gómez encarcerou e mandou para o exílio esses jovens. Com a abertura democrática iniciada por López Contreras, estes jovens lançaram-se novamente na política. Ao assumirem suas posições de maneira radical, provocaram em López Contreras a visão de que eles representavam um obstáculo ao processo gradual de mudanças que ele tentava, o que gerou um conflito entre eles e o presidente. Os membros mais relevantes desta liderança juvenil voltaram para o exílio.

Uma vez no poder, Medina abriu as portas aos exilados e ofereceu a esta nova geração uma maior participação política. Surgiu, porém, uma série de diferenças com respeito ao sucessor do Presidente Medina.

Essas novas gerações, que iniciaram sua ação política em 1928, aglutinaram-se em torno de três partidos: a Ação Democrática, a União Republicana Democrática e o Partido Comunista da Venezuela. Dentre estes, o que tinha maior penetração nacional era a Ação Democrática. Durante o mandato de Medina, surgiu um novo partido formado por um grupo de jovens que se identificavam com a chamada geração de 1936, denominado COPEI.

Em outubro de 1945, poucos meses antes de finalizar seu mandato, Medina foi derrubado. O golpe foi promovido pela coligação entre o partido Ação Democrática e a jovem oficialidade do Exército. Com respeito a estes últimos, é importante comentar que, assim como no mundo político havia uma confrontação entre os “herdeiros” de Gómez e as novas gerações, existia no setor militar um confronto entre os generais que representavam a época de Gómez e os capitães e majores que tinham sido formados pelas melhores academias militares do Continente. Estes últimos não se sentiam representados pela alta oficialidade da época. Dessa forma, surgiu uma aliança natural entre as novas gerações políticas e as novas gerações militares com o objetivo de acabar com o que ainda restava da época de Gómez.

Depois do golpe de 1945 foi formado um governo cívico-militar, presidido pelo político Rómulo Betancourt. Logo após a formação desse governo, surgiram conflitos entre os civis e os militares. O partido Ação Democrática desenvolveu uma ambiciosa política popular, que chocou o espírito conservador dos jovens oficiais. Na busca de uma sustentação real para a democracia, a Ação Democrática procurava suas raízes na população de

baixa renda e nos setores rurais, por meio de múltiplas concessões. Ao mesmo tempo, o seu nacionalismo em matéria de petróleo começou a afetar os interesses das transnacionais petroleiras.

Em dezembro de 1947 foram realizadas eleições gerais mediante voto direto nas quais participaram diversos partidos políticos do País. A Ação Democrática ganhou as eleições com larga margem de votos, chegando à Presidência Rómulo Gallegos, o mais destacado intelectual da época. Os problemas que já vinham existindo entre a Ação Democrática e o setor militar agravaram-se com o caráter rígido e pouco conciliador do novo Presidente, até que em 1948 Rómulo Gallegos foi derrubado por um golpe militar.

A nova junta de governo foi presidida pelo tenente-coronel Carlos Delgado Chalbaud. Ele era um militar sério e moderado. Considerava que o papel dos militares era o de preparar as condições para a volta à democracia, mas dando garantias a um conjunto de interesses que tinham sido afetados pelo governo da Ação Democrática.

Em 1950, pela primeira vez na história da Venezuela, o presidente foi assassinado. Os autores intelectuais desse assassinato nunca foram descobertos. Assumiu, então, o tenente-coronel Marcos Pérez Jimenez, com idéias muito diferentes de seu antecessor. Tinha uma concepção desenvolvimentista e tecnocrática de governo, e acreditava que o papel das Forças Armadas, como instituição, deveria ser o de viabilizar a modernidade do País.

Durante dez anos, as Forças Armadas mantiveram um rígido controle do poder político dentro de um processo indubitavelmente modernizador da infra-estrutura e da economia, mas com pequena participação e benefício dos setores populares. Este foi um sistema clássico de governo autoritário, com a eliminação, a partir de 1952, dos partidos políticos e das atividades partidárias. Isto gerou a participação clandestina de líderes de partidos políticos suspensos e a perseguição deles por parte do governo militar.

As novas elites econômicas, surgidas a partir do processo modernizador da economia, que se iniciou com o ciclo petroleiro, e que se dinamizou com o regime militar, identificaram-se plenamente com o regime, durante grande parte desse período governista. No final da década militar, essas elites econômicas se sentiram ameaçadas pelos novos grupos econômicos que surgiram sob a sombra do regime militar, gerando seu descontentamento. Uma crise econômica no final do período aumentou suas frustrações.

Os setores populares, que tinham sido privilegiados pela Ação Democrática quando estava no governo, e os setores universitários nunca viram com bons olhos os militares. Assim, foi crescendo o sentimento de descon-

tentamento com o regime militar. A Igreja teve papel relevante neste sentido. O regime, porém, parecia sólido em demasia para que uma oposição pudesse ter sucesso.

Em 1 de janeiro de 1958, uma tentativa de derrubar Pérez Jimenez, surgida dentro das próprias Forças Armadas, deixou evidente que havia uma fratura dentro do regime, que até então acreditava-se monolítico. Este fato motivou todos os setores descontentes a se juntarem em um acelerado processo conspiratório. Desse processo participaram todas as forças vivas do País: a Igreja, os setores econômicos e os universitários juntaram-se com os militares descontentes, contando com a ativa participação dos partidos políticos clandestinos.

Em 22 de janeiro, foi realizada uma greve geral que evidenciou a amplitude e a força do movimento conspiratório. As Forças Armadas retiraram o apoio ao Presidente, que se viu obrigado a fugir para o exílio na madrugada de 23 de janeiro de 1958. Uma junta de governo cívico-militar, presidida pelo contra-almirante Wolfgang Larrazábal, instalou-se no poder.

O novo governo era produto de uma coalizão de todos os setores que tinham colaborado no golpe. Assim sendo, era um governo de autêntica convergência nacional. As figuras militares mais chegadas ao ditador foram retiradas, enquanto à instituição militar, em seu conjunto, somaram-se nesse esforço de consenso. Em dezembro de 1958, foram convocadas novas eleições gerais. Antes das eleições, os principais partidos políticos e as principais forças ativas do País chegaram a um acordo para elaborar um conjunto de denominadores comuns para o novo governo. A nova democracia surgia, assim, como resultado de um amplo consenso nacional, no qual existia um conjunto básico de objetivos, ou seja, um Projeto Nacional com conotações políticas, econômicas e sociais.

O fundamento do plano político poderia se encontrar na seguinte frase do ex-presidente Rómulo Betancourt: “O povo em abstrato é simplesmente um artifício que usam os demagogos. Nas modernas sociedades organizadas, o povo são os partidos políticos, os sindicatos, os setores econômicos organizados, as associações profissionais e as universidades”. Em outras palavras, os atores políticos que contavam eram os setores organizados da sociedade. O novo Projeto Nacional visava mantê-los motivados a colaborar entre si e darem apoio ao sistema. Tratava-se de um modelo populista, no qual o Estado assumiu a tarefa de repartir gratificações entre os diversos setores organizados da sociedade, de conformidade com seu nível de influência e poder, para que servissem de base de sustentação ao sistema.

Na área econômica e social, procurou-se incorporar um maior número possível de venezuelanos aos benefícios do trabalho, da educação, da saúde, da habitação e dar acesso à terra própria aos agricultores. Além desses propósitos, o Projeto Nacional definia um modelo de indústria nacional de substituição, capaz de suprir o consumo interno. Com a expansão e o fortalecimento das indústrias de base, ou seja, extratoras e processadoras de matéria-prima, objetivou-se acentuar a capacidade de produção com a geração de divisas. O setor produtivo ficava distribuído em parcelas de responsabilidade pública e privada, cabendo ao Estado a tarefa de ajudar financeiramente o setor privado.

No acordo de cooperação interpartidária ficou estabelecido que os principais partidos políticos com probabilidade de sucesso colaborariam com o novo governo dando apoio ao candidato que fosse eleito para a Presidência.

Em dezembro de 1958 foi eleito o ex-presidente Rómulo Betancourt, representante do partido Ação Democrática. Durante seu mandato foi aprovada a nova Constituição da República que incorporava os objetivos do Projeto Nacional populista. Se tratou da Constituição de 1961. Foi um governo de coalizão no qual os cargos foram repartidos entre os principais partidos políticos do momento: Ação Democrática, União Republicana Democrática e COPEI. O Partido Comunista que não participou do acordo pré-eleitoral ficou ausente desta coalizão governamental.

O Presidente Betancourt não era o mesmo que tinha estado no poder em 1945. A experiência dos anos, os fracassos de seu governo anterior e o longo exílio nos EUA, onde teve múltiplos contatos com a classe política norte-americana, levou o Presidente Betancourt a se tornar um homem moderado. Em 1945 ele tinha atacado frontalmente os principais interesses criados do País, mas agora estava disposto a negociar com eles. Este comportamento provocou reações nos setores radicais do partido Ação Democrática por se sentirem traídos, provocando uma divisão do partido e, posteriormente, a participação desse setor na insurgência armada.

O segundo período de Betancourt na Presidência esteve marcado por ameaças provenientes tanto da direita quanto da esquerda. Pela direita foram promovidos diversos golpes de estado provenientes dos setores militares, até mesmo um atentado contra a vida do Presidente, incentivado pelo ditador Rafael Leonidas Trujillo, da República Dominicana. Na esquerda houve também tentativas de golpes militares e uma forte insurgência armada incentivada por Havana.

A política externa coincidente de Washington e Caracas fez com que Fidel Castro visse o regime venezuelano como um inimigo a ser derrubado. Cuba financiou, durante esse período, uma guerrilha armada que manteve muito atuante o sistema de defesa do governo. Paradoxalmente, foram as ameaças da esquerda as que mais contribuíram para a consolidação institucional do governo. Na medida em que encontraram um objetivo institucional, as Forças Armadas tornaram-se coesas em um apoio majoritário para a preservação da democracia.

Durante este período, Betancourt se converteu no privilegiado interlocutor da política de democratização da região, promovida pelo Presidente Kennedy. Foi instalada a chamada “Doutrina Betancourt” (derivada da “Doutrina Estrada”), princípio pelo qual o governo venezuelano rompia automaticamente suas relações diplomáticas com os países da região que sofressem golpes de estado. Com o passar do tempo, a aplicação dessa doutrina tornou a Venezuela uma ilha isolada no meio de um oceano de ditadura militar.

Em dezembro de 1963 houve eleições presidenciais e foi eleito Raul Leoni, candidato do partido Ação Democrática. O período de Raul Leoni foi uma reprodução do quinquênio anterior, porém com maior tranquilidade. Embora tenham continuado as revoltas da esquerda, não houve tentativas de golpe de estado. A democracia se consolidou. No plano internacional, a invasão a São Domingos, em 1965, pelos EUA, fez com que Leoni buscasse um distanciamento com o governo de Washington e se aproximasse mais da América Latina. Durante esse período a Venezuela se lançou no processo de integração econômica latino-americana.

Nas eleições de dezembro de 1968, foi eleito Rafael Caldera, representante do partido COPEI e, pela primeira vez em dez anos, a Ação Democrática perdeu as eleições. Os movimentos da esquerda encontravam-se controlados, mas ainda existiam. Caldera concedeu anistia aos revoltados, promovendo uma plena pacificação no País.

No plano internacional a “Doutrina Betancourt”, que havia levado a Venezuela a romper relações diplomáticas com a maior parte dos países da região, não foi mais aplicada, e em seu lugar foi adotada a política de “pluralismo ideológico”, pela qual era acordado que a Venezuela não se imiscuiria nas preferências políticas ou ideológicas dos demais governos, mas buscaria a melhor convivência possível. O novo princípio promoveu uma distensão nas relações com Fidel Castro e com os regimes autoritários da região. Ao finalizar esse período, a Venezuela chegou ao ponto máximo de estabilidade política e econômica, com pleno êxito do Projeto Nacional.

A quarta eleição presidencial da era democrática foi realizada em dezembro de 1973. O poder voltou a ser exercido pelo partido Ação Democrática, na pessoa de Carlos Andrés Pérez. Foi um momento decisivo na história da Venezuela. Os preços internacionais do petróleo quadruplicaram, após a guerra do Yom Kipur. A Venezuela encontrou-se inundada de petrodólares. Porém o Presidente, numa decisão que a longo prazo seria fatal para o País, contraiu uma maciça dívida externa.

Objetivando realizar em cinco anos um processo de industrialização em grande escala, a Venezuela se endividou desnecessariamente, num momento em que se encontrava em boa situação financeira. O resultado dessa política econômica foram empresas estatais superdimensionadas e uma gigantesca dívida externa. Também durante este período foi tomada a decisão de nacionalizar as indústrias de petróleo e de ferro, que até aquela época estavam sendo gerenciadas por concessionárias estrangeiras. Durante esses 5 anos o Presidente Pérez tentou fazer da Venezuela a voz mais ressonante do Terceiro Mundo, assumindo compromissos internacionais que não correspondiam com a modesta hierarquia da Venezuela.

Em dezembro de 1978 o Presidente eleito foi novamente um representante do COPEI, Luís Herrera Campins. Com isso ficou consolidado o bipartidarismo na Venezuela, de um lado a Ação Democrática e de outro o COPEI, enquanto que os outros partidos perdiam potencial de governo. Luís Herrera Campins desfrutou do segundo *boom* petrolero, quando os preços mundiais do petróleo dispararam novamente. Ao invés de pagar a dívida contraída pelo seu antecessor em um bom momento, Herrera Campins a aumentou. A justificativa teria sido que os projetos assumidos anteriormente obrigavam-no a continuar solicitando novos empréstimos externos.

No plano internacional, Herrera Campins pôde ser qualificado como neo-betancourtista, uma vez que abandonou a política de pluralismo ideológico, iniciado por Caldera e continuada por Pérez, para apresentar novamente a democracia venezuelana como um modelo antagônico ao comunismo e moralmente superior. Porém, Herrera Campins fez um claro esforço por promover a democratização dos países latino-americanos ainda sob controle militar. O aumento da taxa de juros no mercado internacional presagiavam uma grande crise econômica na Venezuela.

Em dezembro de 1983 a Ação Democrática voltou ao poder através de Jaime Lusinchi. Durante esse período se produziram vários acontecimentos que mostrariam-se fatais para o futuro do País. Em primeiro lugar, a súbita queda do petróleo no mercado internacional, que passou de 40 dólares por barril para apenas 16 dólares. Em segundo, a continuação dos altos juros no

mercado financeiro internacional. A combinação desse dois fatores colocou a Venezuela na eminência de uma crise econômica, que poderia ter sido evitada se se houvesse tomado providências corretas. Entretanto tomaram-se as decisões incorretas. As reservas internacionais foram virtualmente esgotadas por um pagamento irracional da dívida externa. Em 1984 a Venezuela devia 34 mil e setecentos milhões de dólares. Nos 5 anos seguintes pagou 25 bilhões de dólares pelo serviço e pelo capital da dívida externa. Depois de tê-lo feito, no início de 1989, ainda devia 32 bilhões de dólares. Para pagar esses 25 bilhões de dólares, a Venezuela sacrificou grande parte do lucro petrolífero e de suas reservas de divisas.

Entre 1984 e 1988 a Venezuela teve uma balança comercial favorável de 19 bilhões de dólares, mas pagou 25 bilhões de dólares, ou seja, 6 bilhões mais que seu superávit, os quais saíram da queima de suas reservas internacionais. Ao mesmo tempo, em vez de adotar nesse momento as medidas de ajuste estrutural necessárias para adaptar a economia à nova realidade, o Presidente Lusínchi preferiu ignorá-la e permitir ao venezuelano o mesmo nível de vida que tinha na época da bonança petrolífera. O Estado continuou gastando maciçamente, esgotando assim as reservas internacionais que restavam. Isso o converteu em um Presidente extremamente popular, porém a história posterior encarregou-se de cobrar-lhe muito caro esta popularidade temporal.

Em dezembro de 1988, a Ação Democrática ganhou novamente as eleições com Carlos Andrés Pérez, que voltava pela segunda vez à Presidência. Enfrentando a inexistência de reservas internacionais operativas, o Presidente decidiu adotar as medidas de ajuste estruturais recomendadas pelo FMI. Com a falta de moderação que lhe era característica, o Presidente Pérez quis impor, a uma população totalmente desacostumada a sacrifícios, políticas de ajustes radicais. Ao mesmo tempo, nunca se preocupou em esclarecer à opinião pública do País sobre o porquê dos sacrifícios que estava lhes impondo. Mas se preocupava com vender aos investidores estrangeiros as vantagens oferecidas pelo País. Pérez perdeu todo o contato com seu povo. O resultado disso foi um grande levante popular e duas tentativas de golpe de estado.

Para uma população acostumada com a bonança do petróleo, com constantes melhorias no seu nível de vida, ter que enfrentar, de maneira radical, as medidas de ajustes estruturais impostas tinha mesmo que levar a uma profunda ansiedade. Novamente Pérez pecou por excesso. Se essas mesmas medidas tivessem sido suficientemente explicadas e aplicadas com

menos rigor, as mesmas teriam sido aceitas. Mas o despertar violento do sonho populista resultou demasiadamente dramático.

Quando um país convive com altos níveis inflacionários, de 20.000%, e milhares de desaparecidos, como ocorreu na Argentina, por exemplo, está disposto a fazer imensos sacrifícios para resolver seus problemas econômicos e, ao mesmo tempo, saberá fazê-lo democraticamente. Para um país como a Venezuela, que entre 1974 e 1982 recebeu pelo petróleo 200 bilhões de dólares e que não conheceu em tempos recentes os rigores da ditadura, essa terapia de choque provocou um grande trauma na população.

Durante quase três décadas a democracia venezuelana desfrutou de um sólido apoio. Era um pacto populista integrado pelas principais forças partidárias, econômicas, sociais e associativas do País, que atuava como uma malha de sustentação do sistema. Esse pacto funcionava como uma autêntica conjunção de interesses criados, no qual as aspirações de seus diversos integrantes eram satisfeitas graças ao petróleo. Tudo isso contando com um Projeto Nacional de objetivos bem-definidos que dava um claro sentido de rumo ao País. Adicionalmente, o processo político foi simplificando-se através da sustentação de dois grandes partidos, que tornou mais fácil o manejo do cenário político, com uma ampla capacidade de manobra sobre a vida nacional.

Existia uma estrutura simples e centralizada na qual os acordos tomados por um pequeno grupo de “grandes caciques”, ou seja, de grandes coronéis, permitia que as decisões fluíssem com facilidade.

O pacto populista começou a desmoronar, no início de maneira quase imperceptível, desde meados da década de 80. A queda do preço do petróleo e o peso da dívida externa, mantidos sob controle durante alguns anos, através da queima das reservas internacionais, foram eliminando a conjunção de interesses criados da sua fonte fundamental de subsistência: o dinheiro. Ao mesmo tempo, a complexidade da sociedade foi se tornando cada vez mais evidente, na medida em que a ausência de recursos viabilizava a contradição de interesses.

Ao querer transformar as regras do jogo repentinamente, mediante uma terapia de choque, Pérez traumatizou extremamente a sociedade venezuelana. Isso unido ao espetáculo da corrupção, que caracterizou seu governo, constituiu uma mistura explosiva de grandes proporções. O resultado foi o surgimento de uma situação de anarquia no País e, ao mesmo tempo, o surgimento de grandes tensões nas Forças Armadas, quebrando seu espírito de corpo. Diante dos fortes indícios de corrupção, a Procuradoria Geral da República (na Venezuela, Fiscalía Geral da República) solicitou a abertura

de processo judicial contra o Presidente. A Corte Suprema da Justiça reconheceu a existência de elementos suficientes para abrir um processo e o Congresso ordenou a destituição do Presidente quando faltavam oito meses para o término de seu mandato. Para preencher a vaga do cargo presidencial, foi eleito pelo Congresso o Dr. Ramón J. Velásquez, um dos intelectuais mais respeitados do País.

Em dezembro de 1993, o ex-Presidente Rafael Caldera foi eleito novamente Presidente da Venezuela. Desta vez não foi com o apoio do partido COPEI, do qual foi fundador e candidato distinto. Uma coalizão de pequenos e médios partidos, bem como um agrupamento de personalidades públicas de grande prestígio tinham apoiado sua candidatura. Esse movimento foi conhecido como Convergência Nacional.

O atual Presidente guia-se pela premissa de que se a política é a arte do possível, é necessário que se procure o desejável dentro dos limites que impõe a capacidade de tolerância do sistema. Ele entende bem que é necessário atuar com cautela dentro de um jogo permanente de equilíbrio. A ele corresponde a necessidade de conciliar objetivos complexos: promover a integração orgânica da sociedade, mantendo o princípio da autoridade para evitar o colapso das instituições; garantir as poupanças de milhões de venezuelanos, que tinham seu futuro guardado nos bancos e que o Estado se viu na necessidade de interferir sem perder o controle da luta contra a inflação; fazer frente ao gigantesco déficit fiscal, dando resposta, ao mesmo tempo, às pressões sociais existentes; firmar as bases para o saneamento e o reordenamento da economia e, concomitantemente, pacificar e fechar as feridas dentro da instituição militar. Trata-se de uma tarefa bem difícil.

O elemento mais delicado tem sido a crise bancária sofrida pelo País a partir de 1994. A queda da maior instituição financeira, o Banco Latino, gerou um devastador "efeito dominó" que obrigou o governo a ter que comprometer 13% do PIB nacional para socorrer 4 milhões de poupadores.

Felizmente, a Venezuela conta com grandes vantagens que, passado esse período de dificuldade atual, garantem um futuro seguro. Entre elas podemos citar o fato de ter uma das cinco maiores reservas petrolíferas do mundo, com 450 bilhões de reservas provadas e prováveis de petróleo; uma capacidade virtualmente ilimitada de geração de energia elétrica, já instalada ou em potencial; imensas reservas de carvão, uma das maiores reservas minerais do planeta; uma situação geográfica que faz da Venezuela um país atlântico, caribenho, andino e amazônico; é a porta de entrada para a América do Sul. A tudo isso é adicionado um núcleo humano bem-formado, que

em tempos da bonança petroleira teve acesso às melhores universidades do mundo.

A abertura do setor petroleiro ao capital privado oferece oportunidades de gigantescos investimentos nos próximos anos, assim como um poderoso efeito multiplicador suscetível para dinamizar amplos setores da economia nacional. Cinquenta bilhões de dólares em investimentos, na área petroleira, estão previstos para os próximos dez anos. Ao mesmo tempo, as recentes medidas de ajuste econômico, tomadas no momento “politicamente oportuno”, são uma garantia perante os investidores estrangeiros.

O período atual de Caldera pode ser considerado como um momento de fortalecimento institucional e ético, assim como de abertura econômica. Como uma difícil travessia pelo deserto para se encontrar com um futuro cheio de esperanças.



Imprenta:  
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA  
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230  
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025  
CGC - 00336024/0001-16

**Outros lançamentos da Editora UnB:**

*Einstein estava certo?*  
Clifford M. Will

*A minoria próspera e  
a multidão inquieta*  
Noam Chomsky

*Rejuvenescer a velhice* (2ª edição)  
Maria Laís M. Guidi e  
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

*O texto da notícia*  
Elcias Lustosa

*A potência do dragão*  
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

*Drogas e sociedade nos tempos da Aids*  
Richard Bucher

*Flauta transversa – método elementar*  
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –  
história social nos sertões do Brasil*  
Victor Leonardi

*Amigos traiçoeiros*  
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a  
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)  
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

*Anísio Teixeira*

(Depoimento de Anísio Teixeira ao  
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514